



Plenário pode votar amanhã cessão onerosa do pré-sal

Eunício se reunirá com líderes para definir projetos que serão analisados em dezembro. Um deles mantém coeficiente de distribuição do FPM até próximo censo do IBGE

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, reúne-se amanhã com líderes partidários para definir a pauta de votações de dezembro.

O primeiro item a ser analisado é o da cessão onerosa do pré-sal. A proposta, ainda sem acordo, autoriza a Petrobras a repassar a empresas privadas nacionais ou estrangeiras até 70% dos direitos de exploração do pré-sal da Bacia de Santos (SP). Segundo o líder do governo, Romero Jucá, o acordo depende da edição de uma medida provisória para garantir recursos da negociação a estados, Distrito Federal e municípios. **3**



Marcos Oliveira/Agência Senado - 28/11/2018

Entre os projetos a serem analisados pelo Plenário, está o que autoriza a Petrobras a repassar 70% dos direitos de exploração do pré-sal na Bacia de Santos

ARQUIVO **S**



Reprodução

Chico Mendes foi morto em Xapuri (AC) às vésperas do Natal de 1988

Morte de Chico Mendes, 30 anos atrás, criou consciência ambiental

Documentos do Arquivo do Senado mostram que até ser assassinado, em dezembro de 1988, o seringueiro Chico Mendes era um ilustre desconhecido no Brasil. Ele lutava contra o desmatamento da Ama-

zônia, mas não era ouvido. Chico só começou a ter projeção após se unir a ONGs estrangeiras. Especialistas dizem que foi ele, depois de morto, que despertou o mundo para a importância de preservar o ambiente. **4**

Oficinas e palestras marcam a 12ª Semana da Pessoa com Deficiência

Começa hoje a 12ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, organizada pelo Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais do Senado. São diversos tipos

de eventos, como oficinas e palestras, que têm o objetivo de debater os principais obstáculos ao desenvolvimento dos deficientes, de modo a assegurar seu espaço social. **2**



Reprodução/Acessibilidade no Prático

Acessibilidade é um dos temas que serão discutidos ao longo da semana

Tempo de patente de remédios pode diminuir **2**

Seminário discute segurança de barragens hoje **3**

Escolas devem divulgar índice de educação

Projeto em análise na Comissão de Educação obriga escolas públicas de ensino fundamental e médio a exibir, na entrada da escola, em local visível os resultados alcançados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. **3**

Projeto autoriza publicidade em emissora pública

O Conselho de Comunicação Social vota hoje relatório do projeto de lei que libera a veiculação de publicidade remunerada em rádios e TVs públicas ou estatais. Até metade da programação poderá ser propaganda. **2**



Exposição comemorativa dos 30 anos da Constituição Cidadã

de 22 de outubro a 16 de dezembro
Salão Negro do Congresso Nacional

Mais informações: cn.leg.br/visite



Publicidade em TVs e rádios estatais pode ser analisada

Conselho de Comunicação Social se reúne hoje para analisar proposta que libera a veiculação de propaganda paga em veículos do governo. Objetivo é ajudar no sustento e na manutenção das emissoras

O CONSELHO DE Comunicação Social do Congresso Nacional votará hoje, a partir das 10h, o relatório do projeto de lei que libera a veiculação de publicidade remunerada em rádios e TVs controladas pelo poder público.

Do ex-senador Thieres Pinto, o PLS 99/2017 autoriza os veículos estatais ou públicos a comprometer até metade da programação com publicidade de produtos ou com campanhas institucionais pagas.

Atualmente as TVs e rádios estatais são proibidas de veicular propaganda paga. Emissoras públicas só podem veicular publicidade na condição de apoio cultural. O autor argumenta que a liberação poderá contribuir para o sustento e manutenção dos veículos.

A proposta é relatada pelos conselheiros Miguel Matos, José Francisco de Araújo Lima e Maria José Braga.

O parecer do conselho, que



O parecer do conselho serve de parâmetro técnico para propostas

atua como órgão consultivo do Senado, não aprova ou interrompe o trâmite dos projetos, mas serve de parâmetro técnico sobre eles. A proposta está em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e aguarda a designação do relator.

Regimento

O conselho também poderá votar o relatório sobre a reestruturação do regimento

interno do colegiado, que orienta o seu funcionamento e está em vigor desde 2013.

Deverão ser lidas ainda comunicações do presidente do Congresso, Eunício Oliveira, sobre o andamento de projetos relacionados a comunicação social nas duas Casas Legislativas.

A pauta inclui ainda item sobre o andamento das comissões temáticas do Congresso.

Começa 12ª Semana da Pessoa com Deficiência

O Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais do Senado promove de hoje até 14 de dezembro a 12ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, com uma série de atividades cujo objetivo é debater os principais obstáculos ao desenvolvimento desse grupo populacional, de modo a assegurar seu espaço social e educacional. O evento está em sintonia com o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, celebrado hoje e instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1992. Desde então, diversas ações buscam estimular uma reflexão sobre seus direitos.

— A ideia principal é integrar, debater e trazer a inclusão para dentro e também para fora do Senado. Muitas atividades envolvem escolas e também estão voltadas para

o público interno — enfatiza a coordenadora do núcleo, Karin Käsmayer.

As oficinas, palestras e debates atendem pessoas com diversos tipos de deficiência — visual, auditiva, intelectual e de locomoção — e contemplam familiares, educadores e políticos para discutir temas correlatos.

Eventos

Amanhã, na Escola Classe 113 Norte, em Brasília, o núcleo fará a Ação de Sensibilização e Educação Ambiental, na qual serão apresentados conceitos de acessibilidade e educação ambiental. A escola, da rede pública, é inclusiva e trabalha com crianças com diversos tipos de deficiência.

Um encontro entre os integrantes do Projeto Cão-Guia de Cegos do Distrito Federal e

o senador Paulo Paim (PT-RS) está agendado também para amanhã. Eles farão uma visita às dependências do Senado acompanhados de uma pessoa com deficiência visual.

Alunos surdos da Escola Bilíngue Libras e Português Escrito, de Taguatinga (DF), farão uma visita institucional, com início no Salão Negro do Congresso na quinta-feira.

Com repertório de músicas regionais, o Coral DV Waldir Azevedo, o primeiro de deficientes visuais do DF, apresenta-se no Auditório Antonio Carlos Magalhães no Interlegis na sexta-feira. No mesmo local, ocorre a mesa-redonda Vivências de Pais, Mães e Educadores de Pessoas com Deficiência.

Programação completa: <http://bit.ly/programacaoSVPD>

Projeto reduz tempo de patente de medicamentos

O Senado analisa projeto que limita em 20 anos a propriedade das patentes de medicamentos. O PLS 437/2018, de José Serra (PSDB-SP), elimina esse prazo para adaptar a legislação brasileira ao acordo previsto

pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

O projeto foi para as Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição e Justiça (CCJ). Caso aprovado na CCJ sem recurso, seguirá diretamente para a Câmara.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA	CCS Publicidade em TVs estatais 10h Na pauta, projeto que libera publicidade comercial nas TVs e rádios estatais.	MP 850/2018 Agência para museus 14h30 Análise de relatório da MP que cria agência específica para museus.
TERÇA	CDR Barragens 10h Seminário em Teresina para debater situação da segurança de barragens.	CAS Avaliação de UTIs 9h Proposta que estabelece avaliação de unidades de tratamento intensivo de hospitais públicos e privados está na pauta. Depois, análise do relatório sobre política pública de hospitais filantrópicos do Sistema Único de Saúde (SUS).
	PLENÁRIO Sessão não deliberativa 14h Discursos e avisos da Mesa.	CDR Seminário 9h Na pauta, projeto que define critérios para inclusão de municípios no seminário.
	CF Ferrovia Transnordestina 9h Audiência para discutir a viabilidade da Ferrovia Transnordestina.	CCJ Taxas de cartório no DF 10h A comissão analisa projeto que aumenta valor das taxas nos cartórios do Distrito Federal.
	CCJ Combate à corrupção 10h Audiência para celebrar o Dia Internacional de Combate à Corrupção.	CAE Presidente do Banco Central 10h Audiência pública com o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, para discutir política monetária.
	CAE Spreads bancários 10h Análise do relatório sobre spreads bancários. Depois, pode ser votado texto que muda regras para publicação de atos das sociedades anônimas.	CMO Orçamento 10h/12h/14h30/16h Reuniões para analisar relatórios sobre o Orçamento 2019.
	CRA Plantas ornamentais 11h Texto que muda regras para registrar plantas ornamentais está na pauta.	MP 852/2018 Imóveis do INSS 14h30 Análise do relatório da MP que transfere imóveis do INSS para a União.
	CE Recursos do FNDE 11h30 Proposta que proíbe o contingenciamento de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação pode ser analisado.	CMO Ministro da Saúde 10h Audiência com o ministro da Saúde, Gilberto Occhi, para apresentação de relatório de prestação de contas do SUS.
	CMA Consumo responsável de água 11h30 Texto que aumenta prazo para que conste em embalagens alerta sobre consumo responsável de água.	SESSÃO ESPECIAL 80 anos do GSI 11h30 Comemoração dos 80 anos do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República.
	CMO Orçamento 14h30/15h/16h/18h Reuniões para debater relatórios setoriais ao Orçamento.	
	CÓDIGO COMERCIAL Relatório 14h30 Análise do relatório.	

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/cidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Mayra Cunha, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)



Projeto autoriza a Petrobras a vender até 70% dos direitos de exploração do pré-sal na Bacia de Santos

Plenário pode votar cessão onerosa do pré-sal amanhã

Eunício Oliveira se reunirá com líderes para definir outros projetos que deverão ir a votação. Uma das propostas mantém os coeficientes de distribuição do FPM até que o IBGE faça novo censo demográfico

A PAUTA DE votações do Plenário para a primeira semana de dezembro já tem 18 itens, entre eles, o projeto da cessão onerosa do pré-sal — alvo de intensas negociações — e o que mantém os coeficientes de distribuição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) até que haja um novo censo demográfico. No entanto, novas propostas devem ser incluídas, avisou o presidente do Senado, Eunício Oliveira. Ele pretende determinar a ordem das votações na reunião com as lideranças partidárias agendada para amanhã à tarde.

O primeiro item é o projeto que autoriza a Petrobras a repassar a empresas privadas nacionais ou estrangeiras até 70% dos direitos de exploração do pré-sal na Bacia de Santos (SP). O PLC 78/2018 já está há quatro semanas pautado, mas ainda não há acordo para votação. O líder do governo, Romero Jucá (MDB-RR), afirmou que o acordo depende da edição de uma nova medida provisória que garanta recursos para estados e municípios. Eunício também afirmou que

municípios, estados e Distrito Federal têm que entrar na repartição dos recursos futuros da exploração do petróleo da camada do pré-sal.

Já a proposta que determina o uso dos coeficientes de distribuição do FPM do exercício de 2018 para o rateio de recursos até que os dados para o cálculo sejam atualizados com base em novo censo demográfico (PLC 124/2018 — Complementar) foi incluído para votação em Plenário recentemente. A intenção é congelar os coeficientes usados para distribuir recursos do fundo até a divulgação do Censo 2020 do IBGE, que pode só ocorrer no ano seguinte.

Royalties

Outro item que pode ser votado é o projeto que exclui as receitas de royalties do cálculo do limite das despesas com pessoal nos estados, Distrito Federal e municípios. De acordo com o PLS 334/2017 — Complementar, os valores provenientes da participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, por exemplo, por

serem variáveis, não deverão compor sua receita corrente líquida, para fins de apuração de limites com despesas de pessoal, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Também os royalties ou compensações financeiras provenientes de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica ou de outros recursos minerais no respectivo território, na plataforma continental, no mar territorial ou na zona econômica exclusiva, seriam excluídos dos limites determinados pela LRF.

Precatórios

Também está pronta para ser votada a proposta (PLS 163/2018 — Complementar) que inclui os precatórios entre as exceções de controle previstas na legislação que trata de estímulos ao equilíbrio fiscal de estados e do Distrito Federal (Lei Complementar 156/2016). Essa norma concedeu prazo adicional de 240 meses para o pagamento de dívidas dos estados com a União, no intuito de atenuar os efeitos da crise fiscal.

Segurança de barragens é tema de seminário hoje

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) promove hoje um seminário sobre a segurança de barragens. O evento está marcado para as 10h. O autor do requerimento é de Elmano Férrer (Pode-PI).

Cada comissão permanente do Senado tem a missão de fiscalizar uma política pública do Poder Executivo. Em 2018, a comissão decidiu acompanhar a Política Nacional de Segurança de Barragens, prevista na Lei 12.334, de 2010. Alguns dos objetivos da lei são garantir padrões de segurança

para reduzir a possibilidade de acidentes, monitorar ações de segurança e fomentar a cultura da gestão de riscos.

De acordo com a Agência Nacional de Águas (ANA), 25 represas do país apresentam “algum comprometimento importante”. Mas, para Elmano Férrer, a situação pode ser mais grave.

— Do total de 22.920 barragens identificadas, 18.761 ainda não foram classificadas quanto ao dano potencial associado e 19.229 ainda não foram avaliadas quanto à categoria de risco. Além disso,

apenas 55% possuem algum tipo de ato de autorização — argumenta o senador.

Foram convidados para o seminário representantes dos governos dos nove estados do Nordeste. Os senadores devem ouvir ainda o Ministério da Integração Nacional, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs), a Companhia de Pesquisa em Recursos Minerais (CPRM) e o Ministério Público Federal.

Projeto obriga escolas públicas a exibir os resultados do Ideb

Escolas públicas de ensino fundamental e médio poderão exibir obrigatoriamente em local visível os resultados alcançados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). O Projeto de Lei do Senado (PLS) 194/2016 está na pauta de amanhã da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Pelo texto, do ex-senador Douglas Cintra, os resultados devem ser afixados na entrada da escola. O índice mede a qualidade do aprendizado e é usado para definir metas para a melhoria do ensino. A proposta também prevê que sejam informados os índices médios do estado e do município onde está a escola.

Segundo o autor, o acompanhamento dos resultados do índice em cada escola e a competitividade decorrente da publicidade dos números contribuirão para a qualidade do ensino e o comprometimento de profissionais e alunos. O projeto recebeu voto favorável do relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG). Para ele, a divulgação dos resultados pode incentivar a disseminação de boas práticas entre as escolas.

A comissão votará também o PLS 360/2017, que estabelece que a União terá a responsa-

bilidade de promover feiras de ciência e tecnologia em escolas públicas de ensino médio, em parceria com os estados, o Distrito Federal e os municípios. A proposta é de Maria do Carmo Alves (DEM-SE).

O relator, Cristovam Buarque (PPS-DF), é favorável. Para o senador, é preciso desenvolver nos estudantes o gosto pelo método científico e competências fundamentais para o trabalho, ligadas à inovação e ao senso crítico.

Literatura de cordel

Outro item na pauta da comissão é o PLS 136/2018, que obriga o ensino de literatura de cordel na educação básica. Da Regina Sousa (PT-PI), a proposta insere o repente e demais cantos de improviso, característicos da cultura brasileira, no currículo escolar.

Já no âmbito do ensino superior, a comissão poderá votar projeto que estabeleça entrada gratuita em museus para estudantes de artes, museologia, arquitetura, audiovisual, música, design e moda (PLS 49/2014). A proposta, de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), recebeu voto favorável do relator, Hélio José (Pros-DF).



Intenção é melhorar a qualidade do ensino e o compromisso dos alunos

Medeiros se desculpa por crítica generalizada a jornalistas no país

José Medeiros (Pode-MT) pediu desculpas aos jornalistas por ter afirmado, em discurso anterior, que a categoria é preguiçosa, não faz matéria investigativa profunda e escreve baseado em releases.

— Acabei misturando. Em todos os locais há pessoas que acertam e erram. Não vamos generalizar, me perdoem a generalização — disse.

O senador criticou repórteres por notícias que considerou sensacionalistas sobre desmatamento da Amazônia. Medeiros lembrou que o Código Florestal permite ao proprietário de terras desmatar uma parte do seu território.

Discussão sobre auxílio-mudança é esdrúxula, diz Paim

Paulo Paim (PT-RS) pediu desculpas na sexta-feira que a discussão sobre o auxílio-mudança tem gerado uma situação “esdrúxula”. A ajuda de custo, no valor de R\$ 33,7 mil, é paga aos senadores para cobrir gastos com mudança e transporte no início e no final do mandato e alguns parlamentares anunciaram que vão abrir mão do benefício.

Segundo o senador, parece estar em curso uma disputa para ver “quem é mais ético” e, se for considerado imoral, deve-se mudar a lei. O senador também comentou trechos do livro *O Martelo, a Pedra e o Fogo*, de sua autoria.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazilio

Assassinato de Chico Mendes faz 30 anos

Foi a morte do seringueiro, nos confins da Amazônia, em dezembro de 1988, que despertou o mundo para a necessidade e a urgência de preservar o meio ambiente

Ricardo Westin

QUANDO FALTAVAM TRÊS dias para o Natal de 1988, os olhos de todo o planeta se voltaram para uma cidadezinha pobre e violenta dos confins do Brasil: Xapuri (AC), cercada pelo inferno verde da Floresta Amazônica, a poucos quilômetros da fronteira com a Bolívia. O que pôs Xapuri no centro do mundo foi o assassinato de Chico Mendes.

O seringueiro, ambientalista e líder sindical foi executado com um tiro de espingarda no quintal de sua casa, na noite de 22 de dezembro. Ele tinha completado 44 anos uma semana antes. A polícia logo prendeu os responsáveis pelo crime, dois fazendeiros, que foram condenados a quase 20 anos na cadeia.

Documentos históricos mantidos sob a guarda do Arquivo do Senado contêm os discursos feitos pelos senadores da época e ajudam a mostrar o significado do episódio ocorrido 30 anos atrás: o assassinato de Chico foi o grande divisor de águas da questão ambiental não só no Brasil, mas no mundo.

— Hoje os sinos dobram por esse líder que só passamos a conhecer depois de sua morte — discursou o senador Leite Chaves (PMDB-PR).

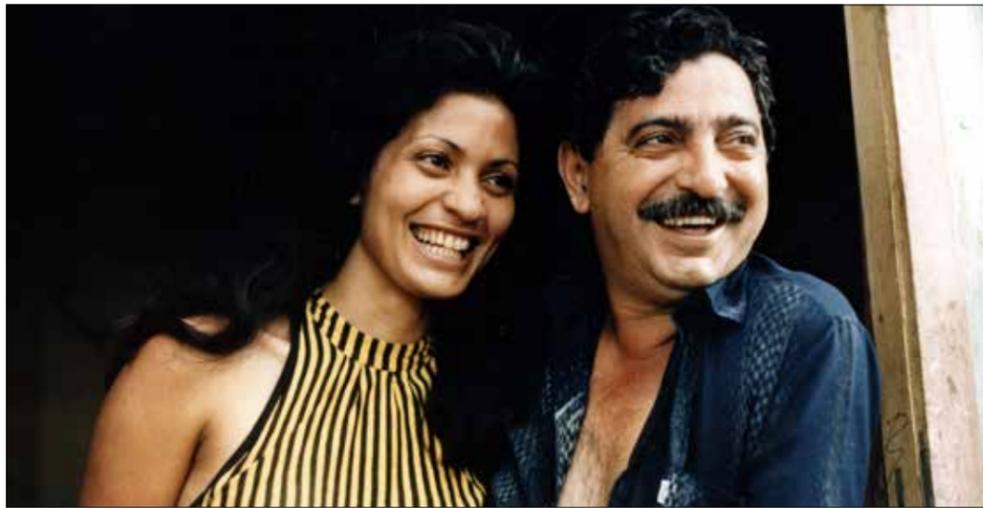
Chico, de fato, era um ilustre desconhecido. Fazia uma década que, de Xapuri, ele pregava contra a destruição da Amazônia sem ser ouvido. Em Brasília, o poder público ignorava sua existência. A imprensa do eixo Rio-São Paulo tinha vagas informações sobre Chico Mendes e preferia não publicá-las.

Ele era filho e neto de seringueiros. Desde criança, acompanhava o pai nas incursões na mata para extrair látex. O fluido esbranquiçado da seringueira é a matéria-prima da borracha.

Terra de iletrados

Foi só adulto que Chico aprendeu a ler e escrever. Numa terra de iletrados, ele foi rapidamente alçado ao posto de líder. No fim da década de 1970, ajudou a criar em Xapuri um sindicato de seringueiros, do qual foi presidente até ser assassinado.

— Aqui nos sentimos um pouco culpados por sua morte — continuou o senador Leite Chaves. — Acabamos de fazer uma Constituição que abre



No início, Chico lutava só pelos seringueiros; com o apoio de ONGs estrangeiras, passou a defender o meio ambiente

caminhos a todos. Demos até aos índios segurança de suas reservas, mas não garantimos aos seringueiros o seu habitat, onde têm vivido por gerações

A Constituição havia sido promulgada em outubro de 1988, pouco antes do assassinato. Chico Mendes chegou a participar de debates da Assembleia Nacional Constituinte referentes ao meio ambiente. Como seu nome não tinha peso, acabou sendo só mais um no meio dos militantes das diversas causas sociais que buscavam ser ouvidos.

“Pulmão do mundo”

A invisibilidade dentro do Brasil contrastava com o estrelato no plano internacional. Desde 1986, Chico recebia com frequência, em sua precária casa de madeira em Xapuri, diretores de ONGs ambientalistas da Europa e dos Estados Unidos e correspondentes dos jornais mais influentes do mundo, como o *New York Times*, que se referia a ele como “Mr. Mendes”.

O mundo já se mostrava incomodado com os desmatamentos e os incêndios na Amazônia, que avançavam com fúria, para abrir terra para criações de gado e plantações. O clichê que mais se ouvia era o de que a floresta precisava ser salva porque era o “pulmão do mundo”.

A destruição da selva era, na prática, uma política de Estado no Brasil. A ditadura militar havia dado incentivos financeiros para a instalação em massa de fazendeiros na Amazônia. O senador Mário Maia (PDT-AC) afirmou:

— Com seu trabalho obstinado e fecundo, Chico Mendes esperava desmentir o discurso ecológico do governo. Na verdade, o que é estimulado é o desmatamento

generalizado. Ele presenciou em muitas situações a política do governo protegendo o desmatamento e dando guarida aos matadores de seringueiros.

Numa frente, o governo buscava criar latifúndios que impedissem focos de subversão comunista na mata semelhantes à Guerrilha do Araguaia. Em outra frente, estimulava o povoamento da selva de modo a desarticular uma suposta conspiração externa que tomaria a Amazônia do Brasil, colocando-a sob domínio internacional.

— Que o símbolo de Chico Mendes sirva de alerta e advertência para a nação — discursou o senador Antônio Luiz Maya (PDC-TO). — Somos nós, o governo e o povo brasileiro, que temos de cuidar da Amazônia, defendê-la da ganância alheia, preservar suas florestas imensas, sua variedade das espécies vegetais, animais e minerais e sua imensurável bacia hídrica, com enorme potencial de navegação e energia hidráulica.

Motosserra

A primeira providência dos fazendeiros assim que se apossavam da floresta era ligar a motosserra, para desespero dos seringueiros. Além do látex, as famílias dos extrativistas dependiam da castanha, do babaçu, do mel etc. para sobreviver. Em reação, Chico passou a organizar barreiras humanas que, pacificamente, punham-se na frente dos peões contratados pelos fazendeiros e impediam a derrubada da mata.

Foi então que Chico Mendes começou a despertar a ira dos latifundiários.

Em 1985, os seringueiros fizeram em Brasília o seu primeiro grande encontro fora da Amazônia para cha-

Onde o crime ocorreu



mar a atenção do governo para o risco que corriam caso as políticas públicas para a floresta não fossem repensadas. O evento ocorreu na Universidade de Brasília. Foi graças ao evento que ONGs ambientalistas internacionais tomaram conhecimento da existência de Chico Mendes.

— A UnB se orgulha de ter sido a plataforma que ajudou a projetar Chico Mendes no cenário mundial — diz hoje o senador Cristovam Buarque (PPS-DF), que na época era o reitor da universidade.

A aliança que ali se formava mudou radicalmente os destinos das duas partes.

As ONGs europeias e americanas encontraram em Chico o rosto humano que faltava para justificar a preservação do meio ambiente. Até então, elas pregavam a defesa da natureza como um fim em si, sem relação com a vida das pessoas. O ambientalismo, por isso, não empolgava. Para muitos, era um devaneio de hippies que abraçam árvore.

Chico, que vinha lutando apenas para garantir a sobrevivência dos seringueiros, sem ter o meio ambiente como foco, transformou-se num ecologista e passou a contar com a organização profissional, o know-how político e a visibilidade mundial das ONGs.

Os novos aliados levaram Chico Mendes ao exterior

para que gritasse contra o desmatamento da Amazônia. Nos Estados Unidos, recebeu um prêmio da ONU e falou no Congresso Nacional. Suas denúncias foram suficientes para que o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento parassem de financiar o asfaltamento da BR-364, rodovia que rasga a floresta no Acre. A lista dos que o odiavam aumentou.

Oligarquia

Em 1988, Chico já era jurado de morte e tinha escolta 24 horas por dia. Na noite de 22 de dezembro, contudo, os policiais militares incumbidos de não desgrudar os olhos dele jogavam dominó dentro da casa do seringueiro e não puderam evitar o assassinato.

— A oligarquia sabe que pode matar e que as autoridades não vão impedi-la ou puni-la, já que grande parte delas pertence à mesma classe, a classe dos grandes proprietários de terra — afirmou o senador Aluizio Bezerra (PMDB-AC).

A repercussão internacional foi forte e imediata. Sacudida pelas notícias publicadas no exterior, a imprensa nacional finalmente se deu conta do valor de Chico Mendes e correu para noticiar o assassinato e apresentar ao Brasil o drama dos seringueiros.

— As autoridades brasileiras foram coagidas pelo clamor internacional a sair em busca dos assassinos — constatou o presidente do Senado, Nelson Carneiro (PMDB-RJ).

Uma das responsáveis por aproximar Chico das ONGs estrangeiras foi a antropóloga Mary Allegretti. Ela diz que Chico, sem querer, fez uma revolução no mundo.

— Depois vieram a Eco 92, o Protocolo de Kyoto, o Acordo de Paris. O meio ambiente virou prioridade. O mundo passou a se preocupar de fato, criou tecnologias limpas, mudou hábitos de consumo. Pouca gente se dá conta, mas o mundo mudou drasticamente nestes 30 anos. Foi o assassinato de Chico Mendes que abriu caminho para todas essas mudanças.

SAIBA MAIS

Cristovam Buarque fala sobre evento de seringueiros em 1985: <http://bit.ly/infomaterias>
Estudo de Mary Allegretti sobre Chico Mendes e os seringueiros: <http://bit.ly/estudoChicoMendes>